

A low-angle photograph of the Statue of Liberty, showing her head with the crown and her right arm holding the tablet. The background is a clear blue sky. The entire image is framed by a red border with yellow triangular accents at the corners.

**F. A. HAYEK**

PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA

**A CONSTITUIÇÃO DA  
LIBERDADE**



F. A. HAYEK

# A CONSTITUIÇÃO DA LIBERDADE

---

Tradução  
PEDRO ELÓI DUARTE



*Para a civilização desconhecida  
que se desenvolve na América.*

# Apresentação

---

O leitor tem nas mãos um livro que muitos consideram ser a melhor obra de um dos maiores intelectuais do século XX. *A constituição da liberdade* é talvez a melhor síntese da relação da política com a liberdade, ou do liberalismo político. O autor, Friedrich August von Hayek, já atingira fama e notoriedade com seu também magnífico *O caminho da servidão*, que virara um hit nos Estados Unidos em 1944, especialmente depois de sua publicação, em forma abreviada, pela famosa revista *Reader's Digest*, de importante circulação. Não é nossa intenção apresentar uma biografia completa do autor, mas é importante para a leitura e compreensão deste livro entender o caminho percorrido por seu autor até essa publicação.

Hayek nasceu na Áustria, em 8 de maio de 1899, onde, após a Primeira Guerra Mundial, obteve doutorados em Direito e Economia Política na Universidade de Viena. Logo Hayek se juntou ao seminário de Ludwig von Mises e dedicou-se ao estudo da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos. Em 1931 o jovem economista foi convidado a proferir quatro palestras sobre teoria monetária em Londres – tema que atraía atenção em uma Inglaterra que enfrentava estagnação econômica agravada pela Grande Depressão americana. Aquele convite converteu-se em uma oferta para lecionar na London School of Economics, logo aceito, e que durou até depois da Segunda Guerra.

Uma crítica escrita e publicada por Hayek em 1931 ao novo livro de John Maynard Keynes, *Um tratado sobre a moeda*, deu notoriedade ao austríaco, e foi o tapa de luvas que inaugurou um duelo travado entre eles – e que ajudou a moldar a teoria econômica do século XX. Em 1933 Hayek palestra na LSE e condena o surgimento do nazismo como um “genuíno movimento socialista”, posição que, apesar de o destacar como uma autoridade para temas germânicos, causa certa reprovação em parte da academia britânica, que via o nazismo como um

movimento de inspiração capitalista (talvez para confrontar o crescimento do marxismo). Naquele ano Hayek escreve um memorando que só foi publicado após sua morte, chamado *Nazi-socialismo*, no qual apontava o problema do planejamento central como fundamento do socialismo.

Em 1936 ele publica um livro chamado *Economia e conhecimento*, antecipando parte do que viria a ser seu famoso ensaio “O uso do conhecimento na sociedade”, em que assentou suas críticas ao planejamento central em um argumento epistemológico: não conhecemos o suficiente para planejar um fenômeno tão complexo como a economia. Essa ideia acompanharia a obra de Hayek até o final, e seria central para sua obra-prima *Direito, legislação e liberdade*. A visão do vienense é que os fenômenos complexos como a economia não podem ser planejados, porque o “planejador” não conhece todos os dados, todas as variáveis, todas as possibilidades – a virtude do livre mercado sendo a possibilidade de, por meio de um sistema de trocas com preços livres, os agentes tomarem decisões racionais mesmo sem conhecer a totalidade das variáveis. Um comprador de madeira não precisa saber que houve um incêndio no Canadá prejudicando a produção de pinheiros para economizar o recurso, ele apenas observa que o preço da madeira subiu.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a oposição ao nazismo é potente no Reino Unido, mas a aliança de ocasião com a União Soviética enfraquece a visão antissocialista. Uma parte crescente da intelligentsia britânica defendia o socialismo como um sistema justo e capaz de solucionar as graves questões sociais que anos de crise haviam agravado. Talvez apenas um pensador com formação não apenas em economia, mas também treinado nas demais ciências sociais, poderia produzir um texto tão poderoso como *O caminho da servidão*, lançado originalmente para a audiência britânica, mas amplamente lido na América.

A percepção de que o controle da economia resultava no controle dos meios necessários para atingir quaisquer fins é inovadora e extraordinária. Hayek vai além dessa constatação, e profetiza que o crescimento da intervenção do Estado é contínuo – uma intervenção produz distorções, e, para corrigi-las, novas intervenções são necessárias, e assim sucessivamente, ampliando a ação estatal e reduzindo a esfera de liberdade dos indivíduos.

O caminho, quando se aposta no planejamento central e na intervenção do Estado na esfera privada, leva à servidão plena. Essa proposição, formulada inteligentemente contra o Estado nazista, podia ser perfeitamente espelhada e brandida contra a União Soviética – em um momento em que as críticas ao comunismo e ao Kremlin eram abrandadas pela proximidade da ameaça germânica. Essa dualidade, com uma

condenação velada pelo no muito do modelo soviético, fez de *O caminho da servidão* uma obra clássica da transição da Segunda Guerra para a Guerra Fria.

Hayek tornara-se um dos principais intelectuais da Europa, e famoso nos Estados Unidos. Ele se muda para a América e, em 1950, começa a lecionar ciências sociais e da moral na Universidade de Chicago, onde permaneceu até 1962. Sua ampla formação o levou a publicar trabalhos sobre metodologia, psicologia, economia e filosofia política. Essa visão multidisciplinar é a que produz esta obra que o leitor tem em mãos – *A constituição da liberdade*.

Seu cerne não é meramente econômico, embora sua leitura seja útil aos economistas e diversos temas da área sejam abordados, especialmente na terceira parte. Esta é uma obra, principalmente, de filosofia política. É a melhor compilação da organização constitucional de um Estado liberal que já surgiu.

É impossível compreender o liberalismo apenas do ponto de vista econômico – o liberalismo é, antes de tudo, uma doutrina política: uma visão dos fins do Estado, uma estruturação dos meios que este tem ao seu dispor, e uma avaliação das políticas públicas à luz desses princípios e meios.

F. A. Hayek tem, em 1960, data da publicação desta obra, ampla e profunda visão do Estado liberal, assentada em sua erudição que se estende dos clássicos gregos aos seus contemporâneos, e que reflete sua criação continental europeia, a experiência britânica de seus anos em Londres e uma década nos Estados Unidos. *A constituição da liberdade* mostra a influência que o conceito inglês de Rule of Law (Império da Lei ou Estado de Direito) e a Constituição americana tiveram no surgimento e na consolidação do pensamento político liberal.

No primeiro capítulo, Hayek faz uma distinção absolutamente necessária à compreensão do liberalismo: de que liberdade estamos tratando? Essa definição, metodologicamente postada na abertura da obra, é fundamental – ainda que tantos autores liberais falhem clamorosamente ao compreender o princípio básico sobre o qual sua filosofia é construída. Sem entender o verdadeiro conceito da liberdade, não conseguimos construir uma ordenação constitucional para protegê-la. Em outras palavras: a indefinição do que seja “liberdade” faz com que não consigamos entender seu aspecto profundamente político. Como já dissemos, o liberalismo é uma doutrina política: trata do governo – seus fins, seus limites, sua forma de ação. Nada disso pode ser orientado à defesa da liberdade se não a conhecemos. E o que é ainda pior: uma compreensão equivocada do que seja “ser livre”, associada à premissa de que é função do Estado garantir a liberdade, pode conduzir a uma expansão do escopo do governo que resulte incompatível com a “verdadeira” liberdade.

Ao começar a obra com essa definição, Hayek está dizendo não apenas que essa conceituação é metodologicamente necessária. Ele está também dizendo que ela é o valor maior da ordem política – e que a organização do poder deve favorecer a liberdade em sua melhor capacidade. A Parte I do livro define para que existe o governo, isso é, a que ele se destina, quais valores deve proteger. A tarefa seguinte é entender como ele se apresenta, e no caso do Estado, é por meio da lei. A lei é a matéria-prima do Estado – ela organiza e formaliza o poder, a ação do soberano e seus limites (os direitos dos governados).

A lei é não apenas o veículo por meio do qual o Estado age (e essa é a grande lição britânica do Império da Lei), mas a regra que se impõe ao próprio Estado, limitando-o. Hayek reconhece as origens britânicas do que entendemos como liberdades individuais, e a organização dos poderes do Estado de forma a preservar essas liberdades (organização essa que decorreu não de deliberações parlamentares, mas de disputas concretas, revoltas, confrontos pelo poder e enfrentamentos entre o governo e os governados). A menção de Hayek à Magna Charta como “a Constituição da liberdade” (nome deste livro) já comunica essa dimensão, ela mesma sendo resultado de um conflito dos nobres ingleses com o rei João, em 1215, e dela constando uma série de regras impostas ao rei como forma de limitar seu poder.

Hayek analisa as características das leis que preservam a liberdade no capítulo 14, “As garantias da liberdade individual”. Talvez ninguém tenha apresentado melhor síntese dos elementos jurídicos que, no Estado moderno, salvaguardam os direitos individuais. Princípios como a igualdade perante a lei e a sua generalidade, que muitas vezes escapam aos olhos dos juristas modernos, são centrais à visão liberal da lei. Como diz o autor, “O estado de direito, é claro, pressupõe completa legalidade, mas isso não é suficiente (...) exige que todas as leis estejam em conformidade com certos princípios”.

O autor não se furta de analisar as aplicações dessas premissas em políticas públicas específicas – e a Terceira Parte deste livro é uma corajosa abordagem dos principais campos de batalha políticos de seu tempo. Hayek confronta os elementos centrais do Welfare State, ou Estado-providência, com os conceitos que ele termina de explicitar. Desde os dias de Hayek até hoje, vivemos a era dos governos benfeitores, e da crença de que a deliberação majoritária pode reconhecer um objetivo qualquer ao governo, e dispor de quaisquer meios para implementá-lo. O alerta é duradouro e segue em vigor: “O maior perigo hoje é que, uma vez que um objetivo do governo seja aceito como legítimo, assume-se que até meios contrários aos princípios da liberdade podem ser legitimamente empregados”.

Hayek completa uma teoria de Estado: seus fins, seus meios e suas ameaças. Não é qualquer pensador, é o vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1974, e ganhador da Medalha Presidencial da Liberdade, concedida por George Bush em 1991. De todos os liberais do século XX, talvez Friedrich Hayek seja o mais culto, com mais ampla formação acadêmica e com melhor qualidade literária – sim, seus livros são simultaneamente de prazerosa leitura e de rigor intelectual.

Hayek publicou diversos outros livros depois de *A constituição da liberdade*. Essa obra depois foi aprofundada ainda mais em *Direito, legislação e liberdade*, trilogia que o austríaco publicaria entre 1973 e 1979 e que pode ser considerada sua obra-prima no campo do direito e da filosofia política. Hayek influenciou gerações, e como professor ajudou a formar muitos daqueles que viriam a fazer renascer o liberalismo americano nos anos 1980. Seu último livro foi *A arrogância fatal: os erros do socialismo*, publicado em 1988, poucos anos antes de seu falecimento.

Hayek morreu em 23 de março de 1992, aos 92 anos, em Friburgo, na Alemanha, e está sepultado em Viena. Deixou uma profícua obra em diversos campos das ciências sociais. Acima de tudo, Friedrich Hayek deixou, desde a primeira palestra que proferiu até seus últimos dias de vida, uma contribuição fundamental à mais nobre causa a que um homem pode se dedicar: a causa da liberdade.

Sobre o posfácio deste livro, nada diremos aqui – apenas que ele deve ser lido não apenas uma, mas diversas vezes, especialmente nos dias de hoje, e que deve ser lido com o espírito aberto, amigável e conciliador com que Hayek ensinava, debatia e vivia.

**RICARDO GOMES**

Advogado, ex-presidente da Rede Liberal da América Latina e vice-prefeito de Porto Alegre

# Prefácio

---

O objetivo deste livro está explicado na Introdução, e os meus agradecimentos constam nos parágrafos que precedem as notas. Tudo o que me resta fazer aqui é lançar uma advertência e apresentar um pedido de desculpa.

Este livro não trata particularmente daquilo que a ciência nos ensina. Ainda que não pudesse tê-lo escrito se não tivesse dedicado a maior parte da minha vida ao estudo da economia e, mais recentemente, me esforçado para me familiarizar com as conclusões de outras ciências sociais, não trato aqui apenas de fatos nem me limito a questões de causa e efeito. O meu objetivo é apresentar um ideal, mostrar como pode ser concretizado e explicar o que a sua concretização significaria na prática. Para tal, a discussão científica é um meio, e não um fim. Penso ter utilizado honestamente aquilo que conheço sobre o mundo em que vivemos. Caberá ao leitor decidir se quer aceitar os valores a serviço dos quais utilizei esse conhecimento.

O pedido de desculpa diz respeito à maneira particular como decidi submeter ao leitor os resultados dos meus esforços. Talvez seja inevitável que, quanto mais ambicioso for o trabalho, mais malsucedida será a execução. A respeito de um assunto tão amplo como o deste livro, a tarefa de fazê-lo tão bem quanto possível nunca terminará enquanto conservarmos as nossas faculdades. Tenho a certeza de que acabarei por concluir que devia ter dito algumas coisas de forma mais adequada e que cometi erros que poderia ter corrigido se tivesse persistido mais nos meus esforços. O respeito pelo leitor exige certamente que se apresente um produto terminado. Mas duvido de que isso signifique que se tenha de esperar até já não ter mais esperança de melhorá-lo. Pelo menos quando se trata de problemas do tipo em que muitos outros têm trabalhado ativamente, uma pessoa pareceria até exagerar a própria importância se adiasse a publicação até estar certa de que não poderia melhorar mais seu

trabalho. Se uma pessoa conseguiu, como espero ter conseguido, levar a análise mais longe, é provável que outros esforços suplementares fiquem sujeitos a retornos rapidamente decrescentes. Outros serão talvez mais qualificados para erguer a próxima fileira de tijolos do edifício para o qual tento contribuir. Posso apenas dizer que trabalhei no livro até já não saber como apresentar adequadamente os argumentos de forma mais resumida.

Talvez o leitor deva também saber que, embora eu esteja escrevendo nos Estados Unidos e resida neste país há quase dez anos, não posso dizer que escreva como um americano. A minha mente se formou durante a juventude passada na minha Áustria natal e durante duas décadas de maturidade na Grã-Bretanha, país do qual me tornei e permaneci cidadão. O conhecimento desse fato acerca da minha pessoa pode ajudar o leitor, pois, em grande medida, o livro é produto dessa formação.

**F. A. HAYEK**

Chicago, 8 de maio de 1959

# Introdução

---

por

**Irwin Stelzer**

Passaram-se quase cinquenta anos desde que a editora Routledge & Kegan Paul publicou pela primeira vez *The Constitution of Liberty*. Só menciono isso porque, de outro modo, esta publicação seria vista pelos leitores pouco familiarizados com a obra de F. A. Hayek como um guia para a classe política atual. Nesse aspecto, e na lucidez da sua prosa, tem muito em comum com *A riqueza das nações*, de Adam Smith. Mas não recebeu a atenção da grande obra de Smith ou de *O caminho da servidão*, do próprio Hayek, por causa das divisões nas disciplinas — a tendência para ver Hayek como um economista cujo trabalho sobre a teoria política e outras ciências sociais está, de algum modo, fora do seu campo e, por isso, é ignorado. Os críticos estão errados.

A importância da análise de Hayek para o nosso tempo é simplesmente impressionante. Em parte, porque demonstra que o rigor da linguagem e a definição cuidadosa dos termos que temos usado de forma irresponsável são essenciais para a formulação de uma política sólida que valoriza a liberdade. Igualmente importante é a facilidade com que ele passa da descrição dos princípios subjacentes ao seu ideal de uma sociedade livre da coerção para os programas práticos que permitirão a sua concretização no mundo imperfeito em que vivemos.

Aqueles que acreditam que, no Ocidente, estamos à beira ou já envolvidos numa guerra de civilizações com o mundo muçulmano deveriam observar que travamos essa guerra sob, como avisou o professor Hayek há décadas, “condições muito desfavoráveis”; o Ocidente está “pouco seguro de si mesmo” e “perdeu muito da fé nas tradições que fizeram dele o que é”. Além disso, “a escolha do nosso próprio governo não significa necessariamente uma garantia de liberdade”; por vezes, milhões entregam-se a uma “dependência completa de um tirano”. E aqueles que equacionam

o futuro do nosso envolvimento na política do Oriente Médio estariam mais bem informados se tivessem lido a advertência de Hayek de que, por vezes, “as pessoas preferem um déspota da sua própria raça a um governo liberal de uma maioria estrangeira”.

Também há aqui muito a aprender para aqueles que lidam com a questão complicada do papel do governo nos assuntos econômicos dos seus cidadãos. Hoje em dia, é de bom-tom os conservadores se oporem a quase todas as ações do governo na esfera econômica. Isso é simplista, observa Hayek, que não defende um governo abrangente. A seu ver, Adam Smith interpretou a liberdade da atividade econômica como liberdade ao abrigo do direito, e “não como ausência de ação do governo”. Embora devamos desconfiar da intervenção do governo, temos de reconhecer que, quando os benefícios não podem se limitar aos que têm condições de pagar, o governo tem um papel a desempenhar como fornecedor desses serviços. Tal como quando, depois de levar em conta o custo de alguma ação do governo, a sociedade decide que vale a pena arcar com esse custo para alcançar determinado fim.

Temos aqui um bom exemplo da habilidade de Hayek para modificar uma formulação teórica concisa com um pouco de sabedoria mundana. Sim, se os benefícios das ações do governo excederem os seus custos, são justificados. Mas, avisa ele, devemos desconfiar dos estudos de custo-benefício oferecidos para justificar a ação do governo: os custos serão sempre subavaliados, quando não for por não levarem em conta “a prevenção de novos desenvolvimentos”.

As muitas facetas da liberdade aqui analisadas incluem uma consideração do efeito da inflação na liberdade individual. A inflação, adverte Hayek, torna o controle pelo governo (por exemplo, o aluguel controlado) e as expansões do Estado social (como subsídios de alimentação) cada vez mais necessários. Os governos consideram-na irresistível: a inflação alivia o peso real da dívida em que incorrem para financiar os seus Estados sociais e, num sistema tributário progressivo, tende a aumentar as receitas fiscais mais rápido do que os rendimentos.

Os dirigentes dos bancos centrais também se sentem afligidos pela tendência inflacionista. Acreditam que a “deflação [...] é de tal modo temível que, para se manterem numa posição segura, é preferível um erro persistente na direção da inflação”. Essa é a crença geral dos nossos dias, que sugere que os banqueiros centrais da geração atual fariam bem em se satisfazer com o fato de a advertência de Hayek poder ser ignorada antes de seguirem o caminho indicado pela teoria moderna.

Um dos pontos altos de Hayek é quando analisa os custos do sacrifício de benefícios em longo prazo no interesse dos ganhos em curto prazo. Num dado momento,

observa ele, podemos melhorar a situação dos pobres dando-lhes o que retiramos dos ricos. Mas, “embora esse nivelamento das posições nas colunas do progresso pudessem acelerar temporariamente a aproximação das classes, abrandaria em breve o movimento do todo e, em longo prazo, barraria os que estão atrás”. O igualitarismo produz estagnação.

Antes de os conservadores atuais se apressarem a citar Hayek para apoiarem os seus programas favoritos, deveriam estudar o seu posfácio “Por que não sou conservador”. Os chamados conservadores sociais não encontrarão conforto naquilo que veem como o libertarismo excessivo de Hayek: “Os ideais morais ou religiosos não podem ser objeto de coerção. [...] As crenças morais relativas a questões de conduta que não interferem diretamente na esfera protegida das outras pessoas não justificam a coerção”.

De modo mais geral, Hayek admite que a tendência dos conservadores para se limitarem a se opor a mudanças tem geralmente bons efeitos. No entanto, opor-se à história e ordenar que parem não é o suficiente. As instituições não devem ser preservadas apenas por existirem há muito tempo, mas porque correspondem aos ideais liberais tão eloquentemente descritos na sua obra. O que nos leva a concluir esta introdução incompleta com uma mensagem que Hayek enviaria certamente aos conservadores de hoje que tanto o admiram: “Uma das características fundamentais da atitude conservadora é o medo da mudança, uma desconfiança tímida em relação ao novo, enquanto a posição liberal se baseia na coragem e na confiança, numa disposição para deixar a mudança seguir o seu curso mesmo que não se possa prever para onde irá levar”. Se substituirmos neoconservador por liberal, teremos uma descrição sensata de uma crença que Hayek não previu que fosse emergir do conservadorismo do seu tempo.